

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR****RELATÓRIO E PARECER DA AUDITORIA INTERNA Nº 012/2022****PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CAU/MT DE 2020**

À

Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR

**1. INTRODUÇÃO**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT) publicou o Relatório de Gestão do exercício de 2020 dentro das normas e prazo estipulados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o qual reveste-se da principal peça da Prestação de Contas daquele exercício em consonância ao artigo 10, da Resolução CAU/BR nº 200/2020.

O presente relatório e parecer é exigido pelo art. 10, inciso II, da resolução acima, e contempla a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião, levados em consideração conjunta os posicionamentos das instâncias deliberativas do CAU/MT (condição de admissibilidade de apreciação pelo CAU/BR), da Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica do CAU/BR e da Assessoria Contábil do CAU/BR, bem como o relatório e parecer conclusivo da Auditoria Independente.

Registre-se que os exames de auditoria *in loco* foram realizados somente pela Auditoria Independente, restringindo-se esta Auditoria Interna do CAU/BR aos exames da formalização processual e dos dados de gestão orçamentária, financeira e patrimonial obtidos das demonstrações contábeis do CAU/MT.

**2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

**2.1 Orçamento de 2020** – O CAU/MT teve seu orçamento e reprogramações aprovados pelo CAU/BR com os seguintes montantes:

Grupo	Em R\$	
	Aprovado Res. CAU/BR nº 186, de 20/12/2019	Reprogramado Res. CAU/BR nº 195, de 15/12/2020
	<b>4.071.269,00</b>	<b>3.824.511,65</b>
<b>Receita Corrente</b>	3.471.269,00	3.424.511,65
<b>Receita de Capital</b>	600.000,00	400.000,00
<b>Despesa Corrente</b>	3.771.269,00	3.724.511,65
<b>Despesa de Capital</b>	300.000,00	100.000,00

**2.2** Execução orçamentária 2020 – O orçamento reprogramado do CAU/MT de R\$ 3.824.511,65 demonstrou a seguinte execução:

Especificação	Orçado	Realizado	% de Execução	% sobre o grupo
<b>RECEITA</b>	<b>3.824.511,65</b>	<b>3.708.941,44</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>3.424.511,65</b>	<b>3.708.941,44</b>	<b>108,3%</b>	<b>100%</b>
Anuidades do exercício	847.224,55	911.743,37	107,6%	24,6%
Anuidades de exercícios anteriores	117.686,94	292.670,58	248,7%	7,9%
Taxas de RRT	2.291.324,76	2.362.628,97	103,1%	63,7%
Juros e multas sobre anuidades	111.791,62	77.634,55	69,4%	2,1%
Rendimentos aplicações financeiras	37.193,79	36.858,78	99,1%	1,0%
Demais receitas correntes	19.289,99	27.405,19	142,1%	0,7%
<b>Receita de Capital</b>	<b>400.000,00</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Superávit financeiro	400.000,00	1	1	1
<b>DESPESA</b>	<b>3.824.511,65</b>	<b>2.670.778,39</b>	<b>69,8%</b>	<b>100%</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>3.600.943,06</b>	<b>2.601.941,22</b>	<b>72,3%</b>	<b>97,4%</b>
Remuneração de empregados	1.132.605,32	998.374,89	88,1%	37,4%
Comunicação e divulgação	316.415,50	311.834,96	98,6%	11,7%
Encargos sociais sobre folha	329.742,19	306.370,36	92,9%	11,5%
Benefícios a empregados	183.248,02	155.324,22	84,8%	5,8%
Ressarcimentos e fundo de reserva CSC	95.610,69	95.610,69	100,0%	3,6%
Tarifas bancárias	102.000,00	75.826,41	74,3%	2,8%
Locação de imóveis/taxas condominiais	78.772,00	74.555,32	94,6%	2,8%
Limpeza /conservação e serviços administrativos	74.176,68	58.577,61	79,0%	2,2%
Remuneração/intermediação de estagiários	138.700,00	57.105,78	41,2%	2,1%
Material de consumo	83.445,89	54.119,40	64,9%	2,0%
Locação de impressoras e veículos	94.200,00	53.350,78	56,6%	2,0%
Seleção e treinamento de empregados	68.000,00	48.434,00	71,2%	1,8%
Repasses ao Fundo de Apoio	43.528,55	43.528,53	100,0%	1,6%
Convênio de patrocínio	156.390,00	36.390,00	23,3%	1,4%



Especificação	Orçado	Realizado	% de Execução	% sobre o grupo
Diárias a Conselheiros/convidados	82.011,96	34.814,78	42,5%	1,3%
Energia elétrica	42.500,00	33.856,74	79,7%	1,3%
Telecomunicações	31.008,00	26.677,72	86,0%	1,0%
Despesas miúdas e de pronto pagamento	25.000,00	24.611,57	98,4%	0,9%
Diárias a empregados	370.442,95	20.540,60	5,5%	0,8%
Passagens a Conselheiros/convidados	36.000,00	20.327,76	56,5%	0,8%
Consultoria contábil	17.298,60	17.298,60	100,0%	0,6%
Serviços de informática	21.007,64	9.540,00	45,4%	0,4%
Correios	18.616,71	9.494,86	51,0%	0,4%
Reparos em bens móveis e imóveis	11.180,00	7.180,00	64,2%	0,3%
Seguros de bens móveis e imóveis	7.700,00	5.482,94	71,2%	0,2%
Impostos e taxas	10.720,00	5.216,80	48,7%	0,2%
Passagens a empregados	15.000,00	3.892,19	25,9%	0,1%
Demais despesas correntes <sup>2</sup>	15.622,36	13.603,71	87,1%	0,5%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>100.000,00</b>	<b>68.837,17</b>	<b>68,8%</b>	<b>2,6%</b>
Bens móveis	100.000,00	68.837,17	68,8%	2,6%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>123.568,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Superávit Orçamentário</b>		<b>1.038.163,05</b>		

<sup>1</sup> O item **Superávit Financeiro** compõe o grupo Receita de Capital apenas para o equilíbrio orçamentário, não se tratando de receita, portanto não sujeito a execução.

<sup>2</sup> O item **Demais despesas correntes** representa o somatório de valores de diversas naturezas de despesas que tomadas individualmente são pouco relevantes.

**2.2.1 Arrecadação** – As receitas de arrecadação de anuidades do exercício (R\$ 911.743,37) e de taxas de Registros de Responsabilidade Técnica – RRT (R\$ 2.362.628,97) apresentaram desempenhos satisfatórios, tendo as anuidades e RRT ultrapassado em 7,6% e 3,1% os valores orçados, respectivamente. Destaque-se a arrecadação de anuidades de exercícios anteriores (R\$ 292.670,58), superando 148,7% a expectativa, representando 7,9% da receita corrente.

**2.2.2 Superávit Financeiro** – Tomando-se o critério conservador<sup>1</sup>, o CAU/MT dispunha de superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 833.220,88, tendo previsto a utilização de R\$ 100.000,00.

<sup>1</sup> As normas conceituam tal superávit com o resultante da diferença entre o Ativo e Passivo Circulantes. Entretanto, pelo princípio contábil do conservadorismo ou prudência (critério adotado pelo CAU), estipulou-se cálculo pela diferença entre a Disponibilidade financeira e o Passivo Circulante, vez que os créditos do Ativo Circulante não detêm liquidez imediata.

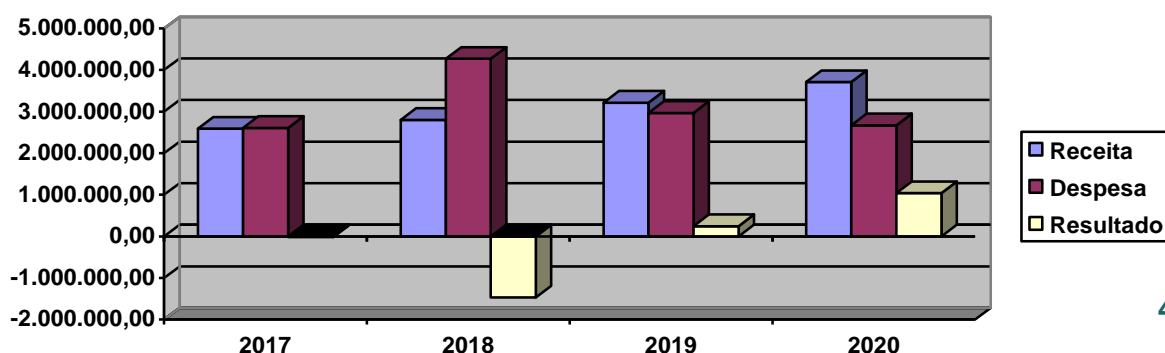


**2.2.3 Despesas de Pessoal e Encargos – R\$ 1.460.069,47** – Corresponderam a 54,7% da despesa total. Com relação ao previsto no item 2.5 das diretrizes orçamentárias de 2020 do CAU, tais despesas representaram 35,2% da receita arrecadada, abaixo do limite de 55% previsto na diretriz.

**2.3 Execução orçamentária comparativa** – Levando-se em consideração as principais naturezas de receita e de despesa, o CAU/MT apresentou o seguinte desempenho nos últimos quatro exercícios:

Em R\$				
Especificação	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITA</b>	<b>2.591.017,67</b>	<b>2.801.088,84</b>	<b>3.215.419,31</b>	<b>3.708.941,44</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>2.591.017,67</b>	<b>2.801.088,84</b>	<b>3.215.419,31</b>	<b>3.708.941,44</b>
Anuidades	694.830,38	773.566,75	889.718,13	1.204.413,95
Taxas de RRT	1.625.305,57	1.846.354,25	2.158.980,79	2.362.628,97
Juros e multas sobre anuidades	42.043,70	34.571,27	54.846,22	77.634,55
Rendimentos aplicações financeiras	208.992,13	104.715,69	61.173,96	36.858,78
Demais receitas correntes	19.845,89	41.880,88	50.700,21	27.405,19
<b>DESPESA</b>	<b>2.608.826,99</b>	<b>4.267.794,18</b>	<b>2.968.718,84</b>	<b>2.670.778,39</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>2.566.200,64</b>	<b>2.503.054,19</b>	<b>2.900.775,84</b>	<b>2.601.941,22</b>
Pessoal e encargos	1.369.818,63	1.345.937,76	1.419.706,28	1.460.069,47
Serviços de terceiros	377.590,51	381.690,85	212.841,39	695.127,64
Ressarcimentos/Fundo de Reserva CSC	208.927,38	215.863,06	219.732,64	95.610,69
Tarifas bancárias	70.675,16	86.246,16	75.870,20	75.826,41
Diárias/passagens Conselheiros/convidados	249.415,06	117.715,82	631.698,08	55.142,54
Material de consumo	15.073,91	21.156,80	58.149,42	54.119,40
Remuneração de estagiários	64.606,87	77.306,56	93.176,60	52.451,18
Repasses ao Fundo de Apoio	84.825,96	87.695,00	54.291,60	43.528,53
Convênios de patrocínio	0,00	0,00	21.860,00	36.390,00
Diárias/passagens a empregados	97.161,94	88.052,26	66.270,53	24.432,79
Demais despesas correntes	28.105,22	81.389,92	47.179,10	9.242,57
<b>Despesa de Capital</b>	<b>42.626,35</b>	<b>1.764.739,99</b>	<b>67.943,00</b>	<b>68.837,17</b>
Bens imóveis	0,00	1.710.000,00	0,00	0,00
Bens móveis/intangíveis	42.626,35	54.739,99	67.943,00	68.837,17
<b>Superávit/Déficit Orçamentário</b>	<b>(17.809,32)</b>	<b>(1.466.705,34)</b>	<b>246.700,47</b>	<b>1.038.163,05</b>

**Gráfico: Resultados orçamentários comparados 2017 – 2020**





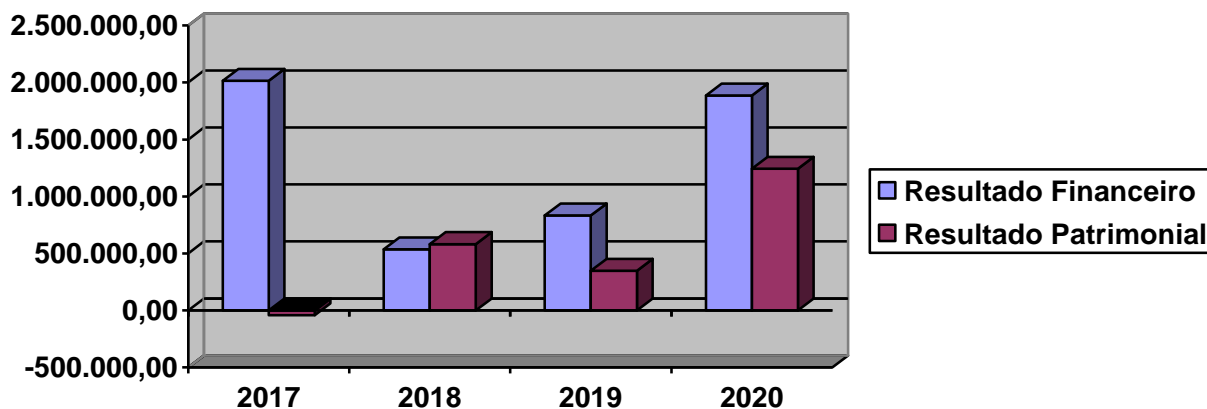
## 2.4 Resultados financeiro e patrimonial (comparativos) – Levando-se em consideração os grupos de contas, o CAU/MT apresentou a seguinte estatística nos últimos quatro exercícios:

Em R\$

Especificação	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
<b>ATIVO</b>	<b>2.501.965,33</b>	<b>3.182.839,65</b>	<b>3.587.150,09</b>	<b>4.823.363,16</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.278.235,43</b>	<b>1.248.138,28</b>	<b>1.698.788,11</b>	<b>2.974.045,01</b>
Disponibilidade em bancos	2.144.444,21	663.359,03	967.982,22	2.003.094,07
Anuidades a receber	801.158,95	1.130.796,64	1.590.866,60	1.816.480,19
Créditos em dívida ativa curto prazo	135.183,76	165.836,98	165.054,44	161.810,04
(-) Ajuste p/perdas de créditos	(804.104,62)	(744.806,48)	(1.048.262,23)	(1.028.711,70)
Outros créditos a recuperar	1.553,13	32.952,11	23.147,08	21.372,41
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>223.729,90</b>	<b>1.934.701,37</b>	<b>1.888.361,98</b>	<b>1.849.318,15</b>
Bens móveis/intangíveis (depreciado)	223.729,90	235.100,01	251.152,47	274.500,50
Bens imóveis (depreciado)	0,00	1.699.601,36	1.637.209,51	1.574.817,65
<b>PASSIVO</b>	<b>2.501.965,33</b>	<b>3.182.839,65</b>	<b>3.587.150,09</b>	<b>4.823.363,16</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>130.272,86</b>	<b>128.368,39</b>	<b>134.761,34</b>	<b>117.686,52</b>
Fornecedores	11.837,75	9.104,84	54.253,84	6.448,39
Provisões de férias e encargos	117.359,01	118.507,29	79.416,84	110.944,42
Demais obrigações	1.076,10	756,26	1.090,66	293,71
<b>Passivo Não-circulante</b>	<b>130.272,86</b>	<b>101.000,00</b>	<b>151.525,40</b>	<b>162.630,94</b>
Provisões p/ações cíveis a longo prazo	0,00	101.000,00	151.525,40	162.630,94
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.371.692,47</b>	<b>2.953.471,26</b>	<b>3.300.863,35</b>	<b>4.543.045,70</b>
Superávit/(Déficit) do exercício	(42.026,02)	581.778,79	347.392,09	1.242.182,35
Superávit acumulado	2.413.718,49	2.371.692,47	2.953.471,26	3.300.863,35
<b>Superávit Financeiro<sup>1</sup></b>	<b>2.014.171,35</b>	<b>534.990,64</b>	<b>833.220,88</b>	<b>1.885.407,55</b>
<b>Superávit/Déficit Patrimonial</b>	<b>(42.026,02)</b>	<b>581.778,79</b>	<b>347.392,09</b>	<b>1.242.182,35</b>

<sup>1</sup> Superávit financeiro calculado pelo método conservador, resultante da diferença entre a Disponibilidade financeira e o Passivo Circulante (vide critério no item 2.2.2 deste relatório).

**Gráfico: Resultados financeiros e patrimoniais comparados 2017 – 2020**





### 3. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica do CAU/BR analisou qualitativa e quantitativamente o Plano de Ação previsto frente ao executado pelo CAU/MT no exercício de 2020, demonstrando resumidamente os resultados a seguir:

**3.1 Efetividade** das iniciativas estratégicas de 96,6% mediante a aplicação de 69,8% dos recursos previstos.

#### 3.2 Cumprimento das diretrizes estratégicas – Aplicação de recursos

BASE DE CÁLCULO	LIMITES		Programação 2020	Executado 2020	Execução
	Fiscalização (mínimo de 15 % do total da RAL)	Valor	860.691,74	401.878,75	46,69
		%	26,8%	12,1%	(14,7)
	Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	Valor	512.405,87	501.966,68	98,0
		%	16,0%	15,1%	(0,8)
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	452.000	447.389,27	99,0
		%	14,1%	13,5%	(0,6)
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	-	-	-
		%	0,0%	0,0%	-
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6 % do total da RAL)	Valor	800.405,87	772.988,69	96,6
%		25,0%	23,3%	(1,6)	
Assistência Técnica (mínimo de 2% do total da RAL)	Valor	156.390,00	36.390,00	23,3	
	%	4,9%	1,1%	(3,8)	
Reserva de Contingência (até 2 % do total da RAL)	Valor	123.569	-	-	
	%	3,9%	0,0%	(3,9)	
LIMITES			Programação 2020	Executado 2020	Execução
Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar o valor total das rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios)	Valor	1.414.700	1.304.745,25	92,2	
	%	41,3%	35,2%	(6,1)	
Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento - salários, encargos e benefícios)	Valor	60.000	9.564	15,9	
	%	3,7%	0,7%	(3,1)	

**3.2.1** Conforme as execuções destacadas nos quadros acima, registre-se o não atingimento dos limites mínimos de aplicação de recursos em assistência técnica e capacitação, e ressalve-se o não atingimento do limite mínimo em fiscalização.



Registre-se que o CAU/MT emitiu como justificativa para o caso da fiscalização: “devido à pandemia da covid-19, os projetos e atividades sofreram modificações ou interrupções, como foi o caso da fiscalização”.

#### **4. PRESTAÇÃO DE CONTAS SISTEMÁTICA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

**4.1** Foi realizada por esta Auditoria Interna em 2020, auditoria circunstanciada no Portal da Transparência do CAU/MT, se tratando o portal de parte integrante da prestação de contas em epígrafe, porém de forma sistemática e não somente anual por meio do Relatório de Gestão, em conformidade ao arts. 8º, inc. I, e 9º, inc. I, e § 1º, da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e ao art. 7º, inc. I e § 4º, da Decisão Normativa TCU nº 187/2020.

Em suma, o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) passou a fazer parte da prestação de contas à sociedade segundo as novas diretrizes do TCU, acrescentando ainda maior relevância à transparência da gestão e a necessidade de se reforçar o controle e monitoramento dos portais no âmbito do conjunto autárquico.

#### **4.2 Relatório da Auditoria Interna nº 042/2020**

**Período analisado:** exercício de 2020, dados publicados de janeiro de 2012 a outubro de 2020.

**Objetivo:** Promover ações de controle, orientação, supervisão e prevenção dos atos de gestão financeira, contábil e administrativa, e a disponibilização dessas informações no portal da transparência e verificar a correta aplicação das normas legais.

**Espécie:** Auditoria Técnica Orientativa

#### **4.3 Avaliação**

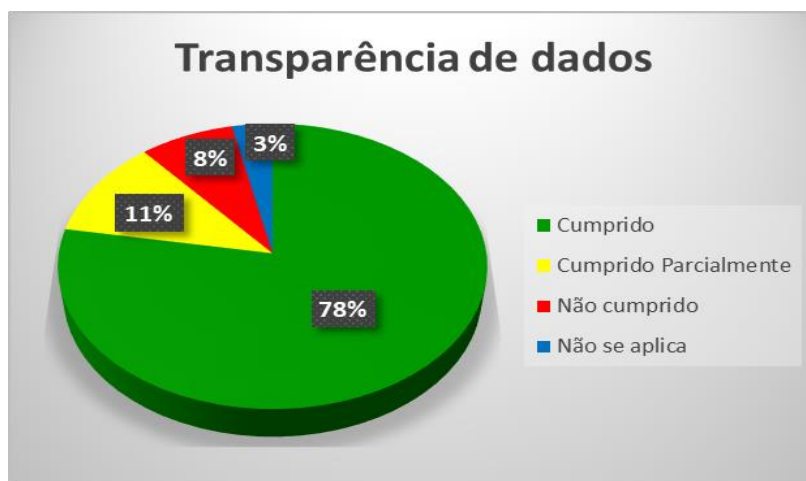
Foi avaliada a totalidade dos 90 títulos dos *links* de acesso constantes do Portal da Transparência do CAU/BR, nos quesitos **primariedade** (com o máximo de detalhamento possível), integridade, disponibilidade e atualidade, de modo a atender o disposto no art. 8º, § 1º, III, § 3º, V e VI, da Lei 12.527/2011; informações em **formatos abertos**, estruturados e legíveis por máquina, conforme o art. 8º, § 3º, II e III; **institucionalização do** serviço de

informação ao cidadão – **SIC** (art. 9º, I). São eles:

- ✓ Institucional (24 itens)
- ✓ Legislação (14 itens)
- ✓ Planejamento (9 itens)
- ✓ Finanças (12 itens)
- ✓ Licitações (5 itens)
- ✓ Viagens (3 itens)
- ✓ Gestão de Pessoas (8 itens)
- ✓ Arquitetos e Urbanistas (10 itens)
- ✓ Dúvidas (1 item)
- ✓ Registre seu Pedido (4 itens)

#### 4.4 Síntese dos achados

Tipo de Constatções	Quantidade	%
Cumprido	70	78%
Cumprido Parcialmente	10	11%
Não cumprido	7	8%
Não se aplica	3	3%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>



#### 4.5 Síntese da conclusão

De modo geral, considerando o escopo do trabalho junto ao Portal da Transparência do CAU/MT verifica-se que atende aos princípios constitucionais, dispositivos legais e normativos internos. Porém, considera-se necessária a adoção de medidas, com vistas a aperfeiçoar a transparência dos dados, possibilitando o devido acompanhamento da prestação de contas por parte do cidadão.





## 5. POSICIONAMENTOS DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS, DA ASSESSORIA CONTÁBIL E DAS AUDITORIAS

### 5.1 Instâncias deliberativas do CAU/MT

A Comissão de Organização, Administração, Planejamento e Finanças do CAU/MT – CAF-CAU/MT emitiu a Deliberação nº 228/2020 – CAF-CAU/MT, de 15/03/2021 pela aprovação da prestação de contas do estadual relativa ao exercício de 2020, sem indicação de ponto de ressalva ou recomendação, posicionamento seguido pelo Plenário do CAU/MT mediante a Deliberação Plenária DPOMT nº 652/2021, de 27/03/2021.

### 5.2 Assessoria contábil

Conforme o Relatório Contábil CAU/BR nº 19/2021, de 20/02/2021, a empresa contratada pelo CAU/BR, ATA Contabilidade e Auditoria, responsável pela assessoria e análises contábeis junto relativas ao CAU/BR e aos CAU/UF, concluiu: “Tendo em vista que **não constatamos nenhuma falha nos registros e demonstrativos contábeis do exercício de 2020 do CAU MT, informamos que a esta prestação de contas está em condições de ser analisada pela Auditoria Interna do CAU BR**”.

### 5.3 Auditoria independente

As contas do CAU/MT relativas ao exercício de 2020 foram auditadas pela empresa contratada, AUDIMEC Auditores Independentes, responsável por expressar opinião sobre as demonstrações contábeis do CAU/MT, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

O “Relatório dos Auditores Independentes Acerca de Demonstrações Contábeis de 31/12/2020”, integrante da prestação de contas, expressa opinião que tais **demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso – CAU/MT, **sem ressalva**.



#### 5.4 Auditoria interna do CAU/BR

Em análise à formalização do processo de Prestação de Contas do CAU/MT de 2020, aos aspectos de gestão demonstrados, posicionamentos das instâncias deliberativas do CAU/MT, assessoria contábil contratada pelo CAU/BR e ao relatório e parecer da Auditoria Independente, forma-se opinião pela **regularidade** do referido processo.

Brasília, DF, 14 de julho de 2022.



**Helder Baptista da Silva**  
Chefe de Auditoria CAU/BR



## Relatório da Auditoria Interna n.º 042/2020

**Entidade:** Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso – CAU/MT

**Período analisado:** Exercício de 2020, dados publicados de janeiro de 2012 a outubro de 2020.

**Objetivo:** Promover ações de controle, orientação, supervisão e prevenção dos atos de gestão financeira, contábil e administrativa, e a disponibilização dessas informações no portal da transparência e verificar a correta aplicação das normas legais.

**Espécie:** Auditoria Técnica Orientativa

A Auditoria Interna do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, cumprindo a atribuição estabelecida no artigo 11, da Resolução CAU/BR n.º 174/2018, em atendimento ao Planejamento da Auditoria Interna, apresenta, para apreciação e conhecimento, o Relatório da Auditoria Interna N.º 042/2020, referente à auditoria realizada no portal de transparência, presentes no endereço eletrônico <https://transparencia.caumt.gov.br/>, praticados no período acima referido, sob as responsabilidades dos dirigentes da Entidade em referência.

Enfatiza-se que a Auditoria Interna tem como função principal avaliar o processo de gestão, no que se refere aos seus diversos aspectos, tais como a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a organização está sujeita.

O ato de auditar consiste em confrontar a situação real que se apresenta com uma situação ideal baseada em bom desempenho operacional e cumprimento de dispositivos normativos.

Salienta-se que esta auditoria utiliza a Metodologia com Foco em Riscos e fundamenta-se nas normas nacionais e internacionais para o exercício da profissão de auditoria interna, emanadas pelo *The Institute of Internal Auditors*, pelo Conselho Federal de Contabilidade e boas práticas emanadas pelo *Information Systems Audit and Control Association*.

As recomendações expedidas visam à adequação dos controles internos administrativos e devem ser avaliadas e ponderadas pela autoridade competente.



## **I. Introdução**

Em atenção ao programa de auditoria planejado para o exercício de 2020, elaborado pela Auditoria Interna do CAU/BR, foram desenvolvidos trabalhos com a finalidade de avaliar o nível de Transparência Pública do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso e o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) e Lei Complementar nº 131, conjugadas com as disposições constantes do Acórdão TCU nº 96/2016 e o Guia de Transparência Ativa – 5ª versão, publicado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), e em consonância com a prestação de contas dinâmica conforme ditames da Instrução Normativa TCU nº 84 de 22 de abril de 2020, por meio da análise do sitio eletrônico e portal da transparência do referido ente.

## **II. Fundamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e Transparência Ativa**

A LAI prevê a divulgação de informações institucionais fomentando o desenvolvimento da cultura de transparência e o controle social na Administração Pública. Nesse sentido, a Transparência Ativa é o dever de entidades e órgãos públicos de divulgar de forma proativa e espontânea informações de interesse coletivo produzidas ou mantidas por eles em local físico de fácil acesso e via internet.

O Artigo 8º da LAI, no qual se baseia a avaliação da Transparência Ativa, afirma que é “dever dos órgãos e entidades públicas promover, independente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas e custodiadas”

O intuito da transparência ativa é verificar se os órgãos públicos estão divulgando o rol mínimo de informações exigidos pela LAI, conforme estabelecido no art. 8º parágrafo 1º da lei.

O Decreto nº 7.724/2012 que regulamenta a LAI estabelece quais informações os órgãos deverão implementar em seu site institucional para atender à legislação.



Ademais os Conselhos profissionais estão no rol das unidades prestadoras de contas constantes na IN 84/2020 e DN 187/2020.

### **III. Objetivo**

Este relatório objetiva apresentar os resultados das ações de atendimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) no CAU/MT, bem como se as informações de prestação de contas estão publicadas nos sítios de internet conforme determinado na IN 84/2020 e DN 187/2020, realizadas no dia 30 de outubro de 2020 e recomendar medidas para que o Conselho alcance 100% no cumprimento dos itens e subitens da Transparência Ativa.

### **IV. Escopo**

Foi objeto de análise por essa Auditoria Interna, a divulgação dos dados no *site* do CAU/MT no link <https://transparencia.caumt.gov.br/>, seção do Portal da Transparência, dos conteúdos considerados obrigatórios conforme o Plano de Ação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) para a execução integral da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/00) e seus regulamentos.

Ressalta-se que não foi objeto desse trabalho a verificação e conformidade, ou seja, o teor dos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Conselho.

### **V. Legislação**

- Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação;
- Art. 5º e Art. 37 da Constituição Federal;
- Lei Complementar 101/2000 – Lei Responsabilidade Fiscal;
- Plano de Ação dos CAU/BR e CAU/UF, enviado ao TCU;
- Instrução Normativa TCU nº 84 de 22 de abril de 2020; e
- Decisão Normativa TCU nº 187 de 09 de setembro de 2020.



## VI. Metodologia

A metodologia utilizada para este monitoramento tomou por base as recomendações estabelecidas pelos Órgãos de Controle Externo no que tange à Transparência Pública e leis afetas ao assunto. Dessa forma, esta Auditoria Interna realizou um levantamento no Portal de Transparência e site eletrônico do CAU/MT para identificar em qual situação se encontra a divulgação dos requisitos mínimos necessários.

Os trabalhos foram realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas em documentos comprobatórios e registros na extensão julgada necessária nas circunstâncias, adotando as fontes de critérios que regem a Administração Pública Federal.

## VII. Avaliação

Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados à evolução de uma abordagem burocrática para uma abordagem gerencial, voltada à entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que possam vir a comprometer o alcance desses objetivos.

Essa concepção ampliou a abrangência do controle e redefiniu papéis e funções dentro do sistema de controle interno das organizações, ocasionando a evolução das atribuições do auditor interno, cuja abordagem atual está centrada na avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

De acordo com o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, as atividades de controle são representadas:

*[...] pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações,*



*revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.*

Acerca dos papéis e das responsabilidades relativas à gestão de riscos, há diversos modelos teóricos, merecendo destaque o difundido pelo Instituto of Internal Auditors IIA (disponível em <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/gestao-de-riscos/modelos.htm>>, no sentido da existência de 3 linhas de defesa dos controles, a saber:

**1ª Linha de Defesa:** Controles do Gestor

**2ª Linha de Defesa:** Controle Financeiro, Controladoria (Gerenciamento de Riscos, Conformidade);

**3ª Linha de Defesa:** Auditoria Interna

O controle da gerência é a **primeira linha de defesa** no gerenciamento de riscos. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A **segunda linha de defesa** é representada pelas diversas funções estabelecidas pela Controladoria, responsável pelo gerenciamento de riscos e conformidade com a finalidade de ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa.

A auditoria interna é a **terceira linha de defesa** cujo objetivo é subsidiar à alta administração as avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos.

Dessa forma, a promoção da eficiência e a eficácia na gestão de riscos, controles e conformidade requer a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa.

Nesse sentido o trabalho desenvolvido pela Auditoria Interna deve ser sempre entendido como uma atividade de assessoramento à Administração, de caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da entidade, assistindo-a na consecução de



seus objetivos mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno.

### VIII. Das Ações Realizadas

Em 30 de outubro de 2020, foi objeto de avaliação as informações contidas no sítio eletrônico do CAU/MT quanto:

- à primariedade (com o máximo de detalhamento possível), integridade, disponibilidade e atualidade, de modo a atender o disposto no art. 8º, §1º, III, §3º, V e VI, da Lei 12.527/2011;
- às informações em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, conforme o art. 8º, §3º, II e III;
- à institucionalização do serviço de informação ao cidadão – SIC (art. 9º, I).

Diante disso, essa Auditoria buscou, inicialmente, realizar um diagnóstico no cumprimento da LAI no CAU/MT, bem como verificar se todos os itens considerados obrigatórios no plano de ação e constantes do Portal da Transparência do CAU/MT estão sendo divulgados.

Os itens a seguir preservam os 90 títulos dos *links* de acesso constantes do Portal da Transparência do CAU/BR.

#### 1 – Institucional (24 itens)

CAU	Apresentação	Carta de Serviços	Endereço	Quem é Quem								Atas e Súmulas				Acordos de Cooperação		Eleições do CAU	Licitações	ABNT	Calendário				
				Plenário	Presidência	Conselho Diretor	Comissões Permanentes	Comissões Temporárias	Colegiados	Unidades Organizacionais	Presidências dos CAU/UF	Plenárias Ordinárias	Plenárias Ampliadas	Plenárias Extraordinárias	Conselho Diretor	Comissões Permanentes	Comissões Temporárias					Colegiados	Nacionais	Internacionais	
MT	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	1,2	1	1	ok	ok	ok	ok	na	na	ok	ok	na	ok



**2 – Legislação (14 itens)**

MT	CAU													
	Leis Federais	Regimentos	Código de Ética e Disciplina	Resoluções	Deliberações Plenárias	Atos da Presidência					Notas Jurídicas	Manifestações Legislativas	Consultas Públicas	Editais de Convocação
						Portarias Normativas	Portarias Presidenciais	Portarias Gerenciais	Instruções de Serviços	Circulares, Atos Declaratórios e Despachos				
ok	ok	ok	*	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	1	ok	ok	0

**3 – Planejamento (9 itens)**

CAU									
MT	Mapa Estratégico	Planos de Ação e Orçamento	Metas e Resultados	Balanço Orçamentário	MRG E Gespública	Relatórios Internos	Auditoria Interna	Auditoria Externa	Relatórios ao TCU
ok	ok	ok	ok	ok	ok	0	0	0	1

**4 – Finanças (12 itens)**

CAU												
MT	Relação de Pagamentos	Demonstrativo de Despesas	Comparativo de Despesa	Comparativo de Receita	Fluxo de Caixa	Balanço Financeiro	Balancete Contábil	Balanço Patrimonial	Variações Patrimoniais	Notas Explicativas	Relação de Bens	Relação de Imóveis
ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	1	0

**5 – Licitações (5 itens)**

CAU	Ediais e Resultados	Relação de Contratos	Chamadas Públicas	Dispensas e Inexigibilidades	Contratos na Íntegra
MT	2	ok	ok	1	0

**6 – Viagens (3 itens)**

CAU	Passagens Aéreas	Diárias e Deslocamentos	Relatórios de Representação
MT	0	ok	ok

**7 - Gestão de Pessoas (8 itens)**

CAU	Organograma	Quadro de Empregados	Quadro de Estagiários	Tabelas Salariais	Folhas de Pagamento	Plano de Carreira	Acordo Coletivo	Concurso Público
MT	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok

**8 - Arquitetos e Urbanistas (10 itens)**

CAU	Consulta de Registro	Quantitativo de Registros	Verificação de RRT	Quantitativo de RRT	Inteligência Geográfica	Censo Profissional	Pesquisa CAU/BR-Datafolha	Anuários de Arquitetura	Eleições CAU	Cadastro de Denúncia
MT	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok

**9 – Dúvidas (1 ítem)**

CAU	Perguntas Frequentes
MT	ok

**10 - Registre seu Pedido (4 itens)**

CAU	Informações Sigilosas	Sobre o SIC	Registre Seu Pedido (e-SIC)	Ouvidoria
MT	ok	ok	ok	*

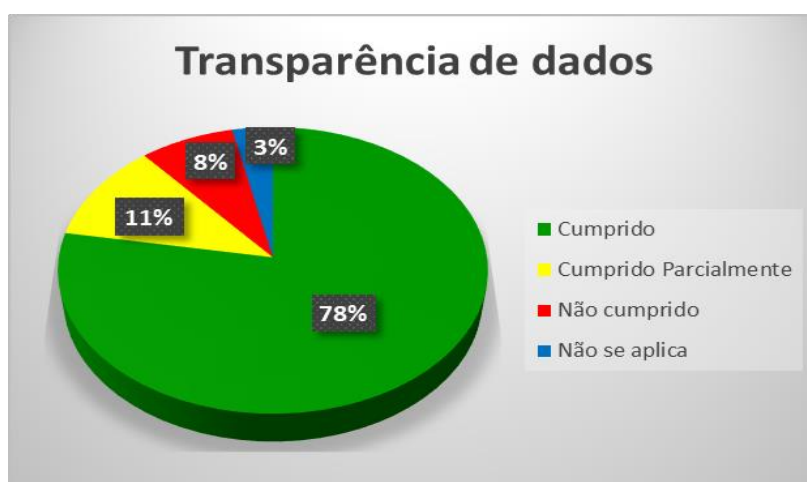
**Legenda:**

- 0** Vazio
- 1** Abrangência faltante e/ou desatualizada
- 2** Não pesquisável (digitalizada)
- 3** Pouco detalhada
- \*** Informações em *link* diverso do "Portal da Transparência".
- na** Não aplicável

**Sendo que:**Ok = **Cumprido**0 = **Não Cumprido**1, 2, 3 e \* = **Cumprido Parcialmente**Na = **Não se aplica**

Observou-se que dos 90 itens preenchidos pelo CAU/MT, distribuídos nas 10 categorias; 70 itens foram avaliados com o status de “**cumpridos**”, 10 itens avaliados como “**cumpridos parcialmente**”, 7 itens avaliados como “**não cumpridos**” e 3 itens avaliados como “**não se aplica**”, conforme gráfico abaixo:

Tipo de Constações	Quantidade	%
<b>Cumprido</b>	<b>70</b>	<b>78%</b>
<b>Cumprido Parcialmente</b>	<b>10</b>	<b>11%</b>
<b>Não cumprido</b>	<b>7</b>	<b>8%</b>
<b>Não se aplica</b>	<b>3</b>	<b>3%</b>
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>





## **IX. Recomendações**

Tendo em vista os dados levantados anteriormente, verifica-se que as rotinas internas referentes à divulgação de informações, apesar de bem implementadas, poderiam estar melhores otimizadas, tendo em vista que apesar do Portal da Transparência apresentar boa parte dos itens que compõem os aspectos gerais das recomendações do CAU/MT, não corresponde ao cumprimento total dos requisitos de transparência, considerando a verificação de pequenas incorreções.

Conforme os dados apresentados, identifica-se que há necessidade de ajustes e melhorias em relação à divulgação dos dados, visando manter o acompanhamento contínuo, sistemático e fortalecer a transparência pública, como forma de mitigar riscos relacionados a transparência, bem como disponibilizar à comunidade informações adequadas para o exercício do controle social.

Recomenda-se à autoridade máxima do CAU/MT que oriente todos os gestores a observarem a transparência ativa do site institucional, dando sempre publicidade aos atos praticados e ações desenvolvidas de modo a atender à transparência ativa e às recomendações da CGU. Dessa forma, o órgão passará a atender ao Usuário dos Serviços Públicos dentro dos seus direitos garantidos constitucionalmente pela Lei nº 13.460/2017 e pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Recomenda-se ainda a todos os gestores que, caso ainda não o tenham feito, observem o art. 8º e seus incisos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que orienta sobre a publicidade mínima das informações, que devem estar publicadas e acessíveis à comunidade.

Diante do exposto, enfatiza-se a importância dos gestores em adotar medidas, para aperfeiçoar os pontos críticos apontados por essa auditoria, bem como o comprometimento em atender às orientações descritas no Plano de Ação dos CAU/BR e CAU/UF, enviado ao TCU, com vistas ao integral cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



É imprescindível o ajustamento do portal de transparência para adequá-lo às exigências legais, uma vez que os conselhos profissionais se submetem aos entendimentos e ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar o cumprimento estrito da legislação.

Salienta-se a importância desse controle de dados no portal da transparência, pois a expectativa é de que a partir de abril de 2021 o TCU, poderá, a qualquer momento iniciar os trabalhos de auditoria nos portais da transparência.

Assim, recomendamos os seguintes **prazos para a atualização de dados**:

a) da última atualização a 30/11/2020: **31/12/2020**

b) de 12/2020: **31/01/2021**

c) exceção: execução do plano de ação, metas e resultados de 2020: **31/03/2021**

Essa Auditoria se coloca à disposição dos gestores deste Conselho para acolher e sanar as dúvidas que, porventura, surjam quanto ao tema apresentado neste relatório.

## **X. Conclusão**

De modo geral, considerando o escopo do trabalho junto ao portal da transparência do CAU/MT verifica-se que atende aos princípios constitucionais, dispositivos legais e normativos internos. Porém, considera-se necessária a adoção de medidas, com vistas a aperfeiçoar a transparência dos dados, possibilitando o devido acompanhamento da prestação de contas por parte do cidadão.

A adoção das recomendações contidas neste Relatório Técnico é de exclusivo interesse da Gestão Operacional e Administrativa do CAU/MT. O atendimento às recomendações refletirá no comprometimento da Gestão com o fortalecimento dos controles internos e com o acolhimento das disposições legais e institucionais.



Destaca-se que as recomendações emitidas neste relatório serão acompanhadas posteriormente pela Controladoria (Controle Interno e Gestão de Riscos) e pela Auditoria Interna.

Este relatório não tem a intenção de esgotar as possibilidades de inconsistências que podem ser observadas, mas sim servir como orientação para as boas práticas da Administração Pública.

É o nosso relatório que encaminhamos à Diretoria para providências cabíveis.

Brasília, 27 de novembro de 2020.

*Hélder Baptista da Silva*  
*Chefe da Auditoria Interna*

*Cilmara Dias Custódio de Araújo*  
*Analista de Auditoria*